

Título do original em francês: "Questions de Sociologie".

Pierre Bourdieu

Obras de Pierre Bourdieu já publicadas no Brasil:

- *Desencantamento do Mundo* — Editora Perspectiva
- *A economia das trocas simbólicas* — Editora Perspectiva
- *A reprodução. Elementos para uma teoria do sistema de ensino* — com J. C. Passeron — Editora Francisco Alves

301
B768qp
e.4

DEDALUS - Acervo - FFLCH-FIL
Questões de sociologia.



21000038651

QUESTÕES DE SOCIOLOGIA

Stalio play
21000038651
274
430

TOMBO.: 62046



SED-FFLCH-USP

SED/FFLCH

Editora Marco Zero Limitada
Rio de Janeiro
1983

Copyright by Editions de Minuit, Paris, 1980. Direitos para publicação em português adquiridos pela Editora Marco Zero, Travessa da Paz, 15, Rio Comprido, Tel.: 273 2337, Rio de Janeiro, CEP 20250.

o que estão dizendo. Uma das propriedades da linguagem legítima é justamente a de des-realizar o que diz. Jean-Claude Chevalier diz isso muito bem, com muita ironia: "Uma escola que ensina o oral ainda é uma escola? Uma língua oral que se ensina na escola ainda é oral?"

Vou dar um exemplo muito preciso no domínio da política. Impressionou-me o fato de que os mesmos interlocutores que, em conversas faziam análises políticas muito complicadas sobre as relações entre a direção, os operários, os sindicatos e suas seções locais, ficassem completamente desarmados e não dissessem mais do que banalidades quando eu lhes fazia perguntas do tipo das que são feitas em pesquisas de opinião — e também nos trabalhos acadêmicos. Isto é, perguntas que exigem que se adote um estilo que consiste em falar de uma maneira tal que a questão do verdadeiro ou do falso não se coloca. O sistema escolar ensina não apenas uma linguagem, mas uma relação com a linguagem que corresponde a uma relação com as coisas, uma relação com os seres, uma relação com o mundo completamente des-realizada*.

(...)

Desenvolvimentos complementares sobre este tema poderão ser encontrados em P. Bourdieu, "La fétichisme de la langue", *Actes de la recherche en sciences sociales*, 4, julho de 1975; "L'économie des échanges linguistiques" *Langue Française*, 34, maio de 1977; "La langue autorisée, note sur les conditions sociales de l'efficacité du discours rituel", *Actes de la recherche en sciences sociales*, 5-6, novembro de 1975.

ALGUMAS PROPRIEDADES DOS CAMPOS*

Os campos se apresentam à apreensão sincrônica como espaços estruturados de posições (ou de postos) cujas propriedades dependem das posições nestes espaços, podendo ser analisadas independentemente das características de seus ocupantes (em parte determinadas por elas). Há leis gerais dos campos: campos tão diferentes como o campo da política, o campo da filosofia, o campo da religião possuem leis de funcionamento invariantes (é isto que faz com que o projeto de uma teoria geral não seja absurdo e que, desde já, seja possível usar o que se aprende sobre o funcionamento de cada campo particular para interrogar e interpretar outros campos, superando assim a antinomia mortal entre a monografia idiográfica e a teoria formal e vazia). Cada vez que se estuda um novo campo, seja o campo da filologia no século XIX, da moda atual ou da religião da Idade Média, descobre-se propriedades específicas, próprias a um campo particular, ao mesmo tempo que se faz avançar o conhecimento dos mecanismos universais dos campos que se especificam em função de variáveis secundárias. Por exemplo, as variáveis nacionais fazem com que mecanismos genéricos tais como a luta entre os pretendentes e os dominantes assumam formas diferentes. Mas sabe-se que em cada campo se encontrará uma luta, da qual se deve, cada vez, procurar as formas específicas, entre o novo que está entrando e que tenta forçar o direito de entrada e o dominante que tenta defender o monopólio e excluir a concorrência.

Um campo, e também o campo científico, se define entre outras coisas através da definição dos objetos de disputas e dos interesses específicos que são irredutíveis aos objetos de disputas e aos interesses próprios de outros campos (não se poderia motivar um filósofo com questões próprias dos geógrafos) e que não são percebidos por quem não foi formado para entrar neste campo (cada categoria de interesses implica na indiferença em relação a outros interesses, a outros investimentos, desinteressados). Para que um campo funcione, é preciso que haja objetos de disputas e pessoas prontas para disputar o jogo, dotadas de *habitus* que impliquem no conhecimento e no reconhecimento das leis imanentes do jogo, dos objetos de disputas, etc.

Um *habitus* de filólogo é ao mesmo tempo um "ofício", um capital de técnicas, de referências, um conjunto de "crenças", como a preocupação a dar tanta importância às notas quanto ao texto, propriedades

* Exposição feita na École Normale Supérieure, em novembro de 1976, para um grupo de filólogos e historiadores da literatura.

que se atêm à história (nacional e internacional) da disciplina, à sua posição (intermediária) na hierarquia das disciplinas, e que são ao mesmo tempo a condição de funcionamento do campo e o produto deste funcionamento (mas não integralmente: um campo pode se contentar em acolher e em consagrar um certo tipo de *habitus* já mais ou menos integralmente construído).

A estrutura do campo é um estado da relação de força entre os agentes ou as instituições engajadas na luta ou, se preferirmos, da distribuição do capital específico que, acumulado no curso das lutas anteriores, orienta as estratégias ulteriores. Esta estrutura, que está na origem das estratégias destinadas a transformá-la, também está sempre em jogo: as lutas cujo espaço é o campo têm por objeto o monopólio da violência legítima (autoridade específica) que é característica do campo considerado, isto é, em definitivo, a conservação ou a subversão da estrutura da distribuição do capital específico. (Falar de capital específico é dizer que o capital vale em relação a um certo campo, portanto dentro dos limites deste campo, e que ele só é convertível em outra espécie de capital sob certas condições. Basta por exemplo pensar no fracasso de Cardin quando ele quis transferir para a alta cultura um capital acumulado na alta costura: o último dos críticos de arte teve que afirmar sua superioridade estrutural como membro de um campo estruturalmente mais legítimo, dizendo que tudo o que Cardin fazia em matéria de arte legítima era detestável, impondo assim a seu capital a mais desfavorável taxa de conversão).

Aqueles que, num estado determinado da relação de força, monopolizam (mais ou menos completamente) o capital específico, fundamento do poder ou da autoridade específica característica de um campo, tendem a estratégias de conservação — aquelas que nos campos da produção de bens culturais tendem à defesa da ortodoxia —, enquanto os que possuem menos capital (que freqüentemente são também os recém-chegados e portanto, na maioria das vezes, os mais jovens) tendem a estratégias de subversão — as da heresia. É a heresia, a heterodoxia, enquanto ruptura crítica, freqüentemente ligada à crise, juntamente com a doxa, que faz com que os dominantes saiam de seu silêncio, impondo-lhes a produção do discurso defensivo da ortodoxia, pensamento "direito" e de direita, visando a restaurar o equivalente da adesão silenciosa da doxa.

Outra propriedade, já menos visível, de um campo: todas as pessoas que estão engajadas num campo têm um certo número de interesses fundamentais em comum, a saber, tudo aquilo que está ligado à própria existência do campo: daí a cumplicidade objetiva subjacente a todos os antago-

nismos. Esquece-se que a luta pressupõe um acordo entre os antagonistas sobre o que merece ser disputado, fato escondido por detrás da aparência do óbvio, deixada em estado de doxa, ou seja, tudo aquilo que constitui o próprio campo, o jogo, os objetos de disputas, todos os pressupostos que são tacitamente aceitos, mesmo sem que se saiba, pelo simples fato de jogar, de entrar no jogo. Os que participam da luta contribuem para a reprodução do jogo contribuindo (mais ou menos completamente dependendo do campo) para produzir a crença no valor do que está sendo disputado. Os recém-chegados devem pagar um direito de entrada que consiste no reconhecimento do valor do jogo (a seleção e a cooptação dão sempre muita atenção aos índices de adesão ao jogo, de investimento) e no conhecimento (prática) dos princípios de funcionamento do jogo. Eles são levados às estratégias de subversão que, no entanto, sob pena de exclusão, permanecem dentro de certos limites. E de fato, as revoluções parciais que ocorrem continuamente nos campos não colocam em questão os próprios fundamentos do jogo, sua axiomática fundamental, o pedestal das crenças últimas sobre as quais repousa o jogo inteiro.

Ao contrário, nos campos de produção de bens culturais, religião, literatura, arte, a subversão herética reivindica o retorno às fontes, à origem, ao espírito, à verdade do jogo, contra a banalização e a degradação que sofreu. (Um dos fatores que coloca os diferentes jogos ao abrigo das revoluções totais, cuja natureza destrói não apenas os dominantes e a dominação, mas o próprio jogo, é precisamente a própria importância do investimento, em tempo, em esforços, etc., que supõe a entrada no jogo e que, como as provas dos ritos de passagem, contribui para tornar praticamente impensável a destruição pura e simples do jogo. É assim que setores inteiros da cultura — diante dos filólogos, não posso deixar de pensar na filologia . . . — são salvos pelo custo que a aquisição de conhecimentos necessários mesmo para destruí-los na forma supõe).

Pelo conhecimento prático dos princípios do jogo que é tacitamente exigido dos recém-chegados, toda a história do jogo, todo o passado do jogo, estão presentes em cada ato do jogo. Não é por acaso que um dos índices mais seguros da constituição de um campo é, juntamente com o fato das obras apresentarem traços que as relacionam objetivamente (às vezes até mesmo conscientemente) às outras obras, passadas ou contemporâneas, a aparição de um corpo de conservadores de vidas — os biógrafos — e de obras — os filólogos, os historiadores da arte e da literatura, que começam a arquivar os esboços, as fichas, os manuscritos, a "corrigê-los (o direito à "correção" é a violência legítima do filólogo), a decifrá-la, etc. — todas essas pessoas compactuam com a conservação do que é produzido no campo, tendo interesse em conservar e a se conser-

var conservando. E um outro indício do funcionamento enquanto campo é a marca da história do campo na obra (e mesmo na vida do produtor). Seria preciso analisar, a título de prova em contrário, a história das relações entre um pintor considerado como "primitivo" (isto é, que entrou no campo um pouco por descuido, sem pagar o direito de entrada, sem pagar o direito de concessão...), como o "doutor" Rousseau, e os artistas contemporâneos, os Jarry, Apollinaire ou Picasso, que brincam (com todos os tipos de expedientes menos ou mais egoístas), com aqueles que não sabem jogar o jogo, e que sonham em ser um Bouguereau ou um Bonnat na época do futurismo e do cubismo e que rompem o jogo malgrado seu e sem se dar conta, como o cachorro no jogo de boliche, totalmente inconscientes, ao contrário de pessoas como Duchamp ou mesmo Satie, que conhecem o bastante a lógica do campo para ao mesmo tempo desafiá-la e explorá-la. Seria preciso analisar também a história da interpretação posterior da obra que, marcada pela sobre-interpretação, repõe a obra nos trilhos, isto é, coloca-a na história, tentando transformar um pintor de domingo (os princípios estéticos de sua pintura, como a frontalidade grosseira dos retratos, são os que os membros das classes populares utilizam em suas fotografias), em revolucionário consciente e inspirado.

Há um efeito de campo quando se torna impossível compreender uma obra (e seu valor, isto é, a crença que lhe é dada) sem conhecer a história do campo de produção da obra — o que faz os exegetas, comentadores, intérpretes, historiadores, semiólogos, e outros filólogos, sentirem sua existência justificada como os únicos capazes de explicitar a razão da obra e do reconhecimento do valor que ela tem. A sociologia da arte ou da literatura que relaciona as obras diretamente à posição dos produtores ou de seus clientes no espaço social (classe social), sem considerar sua posição no campo da produção ("redução" que só se justifica, a rigor, para os "primitivos"), escamoteia tudo aquilo que a obra deve ao campo e à sua história, isto é, muito precisamente, aquilo que a faz uma obra de arte, de ciência ou de filosofia. Um problema filosófico (ou científico, etc.) legítimo, é um problema que os filósofos (ou os cientistas, etc.) reconhecem (no duplo sentido) como tal (porque ele é inscrito na lógica da história do campo e em suas disposições historicamente constituídas para e pelo fato de pertencer ao campo) e que, devido ao reconhecimento de sua autoridade específica, têm todas as chances de ser amplamente reconhecido como legítimo. Ainda aqui, o exemplo dos "primitivos" é muito esclarecedor. São pessoas que em nome de uma problemática que ignoravam inteiramente, foram elevadas ao estatuto de pintores ou de escritores (e de revolucionários, ainda por cima):

as associações verbais de Jean-Pierre Brisset, suas longas seqüências de equações de palavras, de aliterações e de discursos sem nexos, que ele destinava às sociedades científicas e às conferências acadêmicas por um erro de campo que atesta sua inocência, teriam permanecido como as elocubrações de um alienado — como haviam sido percebidas num primeiro momento — se a "patafísica" de Jarry, os trocadilhos de Apollinaire ou de Duchamp, a escrita automática dos surrealistas, não tivessem criado a problemática que serviu como referência para que elas adquirissem sentido. Estes poetas-objetos, estes pintores-objetos, estes revolucionários objetivos, permitem observar, em estado isolado, o poder de transmutação do campo. Este poder não se exerce menos, embora de maneira menos visível e mais sólida, sobre as obras dos profissionais que, conhecendo o jogo, isto é, a história do jogo e da problemática, sabem o que fazem (o que absolutamente não quer dizer que sejam cínicos), de maneira que a necessidade revelada pela leitura sacralizante não aparece tão evidente como produto de um acaso objetivo (o que ela também é, e na mesma medida, já que supõe uma harmonia miraculosa entre uma disposição filosófica e um estado das expectativas inscritas no campo). Heidegger frequentemente é Spengler ou Jünger passados pelo filtro do campo filosófico. Ele tem coisas muito simples a dizer: a técnica é o declínio do Ocidente; desde Descartes, tudo vai de mal a pior, etc. O campo ou, mais exatamente, o *habitus* de profissional previamente ajustado às exigências do campo (por exemplo, à definição da problemática legítima que esteja em vigor) vai funcionar como um instrumento de tradução: ser "revolucionário conservador" em filosofia é revolucionar a imagem da filosofia kantiana mostrando que na raiz desta filosofia que se apresenta como a crítica da metafísica está a metafísica. Esta transformação sistemática dos problemas e dos temas não é o produto de uma pesquisa consciente (e calculada, cínica) mas um efeito automático da vinculação ao campo e do domínio da história específica do campo que ela implica. Ser filósofo é dominar o que deve ser dominado na história da filosofia para saber agir como filósofo num campo filosófico.

Devo insistir uma vez mais sobre o fato de que o princípio das estratégias filosóficas (ou literárias, etc.) não é o cálculo cínico, a procura consciente da maximização do lucro específico, mas uma relação inconsciente entre um *habitus* e um campo. As estratégias de que falo são ações objetivamente orientadas em relação a fins que podem não ser os fins subjetivamente almejados. E a teoria do *habitus* visa a fundar a possibilidade de uma ciência das práticas que escape à alternativa do finalismo ou mecanicismo. (A palavra interesse, que empreguei muitas vezes, tam-

bém é muito perigosa porque se arrisca a evocar um utilitarismo que é o grau zero da sociologia. Dito isto, a sociologia não pode ignorar o axioma do interesse, entendido como investimento específico nos processos de lutas, que é ao mesmo tempo a condição e o produto da vinculação a um campo). O *habitus*, sistema de disposições adquiridas pela aprendizagem implícita ou explícita que funciona como um sistema de esquemas geradores, é gerador de estratégias que podem ser objetivamente afins aos interesses objetivos de seus autores sem terem sido expressamente concebidas para este fim. Há toda uma reeducação a ser feita para escapar à alternativa entre o finalismo ingênuo (que escreveria por exemplo que a "revolução" que levou Apollinaire às audácias de Lundi rue Christine e outras poéticas ready made foram inspiradas por sua preocupação em se colocar à frente do movimento liderado por Cendrars, os futuristas ou Delaunay) e a explicação de tipo mecanicista (que tomaria esta transformação por um efeito direto e simples de determinações sociais). Quando basta deixar o *habitus* funcionar para obedecer à necessidade imanente do campo, e satisfazer às exigências inscritas (o que em todo campo constitui a própria definição da excelência, sem que as pessoas tenham absolutamente consciência de estarem se sacrificando por um dever e menos ainda o de procurarem a maximização do lucro (específico). Eles têm assim, o lucro suplementar de se verem e serem vistos como perfeitamente desinteressados*.

* Desenvolvimentos complementares sobre este tema poderão ser encontrados em P. Bourdieu, "Le couturier et sa griffe. Contribution à une théorie de la magie", *Actes de la recherche en sciences sociales*, 1, 1975; "L'ontologie politique de Martin Heidegger", *Actes de la recherche en sciences sociales*, 5 - 6, 1975; *Le sens pratique*, Paris, Éditions de minuit, 1980.

O MERCADO LINGÜÍSTICO*

Vou tentar expor o que tenho a dizer de uma maneira progressiva, levando em conta a diversidade da audiência, que não poderia ser mais dispersa do que é, devido tanto à diversidade das disciplinas como à diversidade das competências nas disciplinas, etc., correndo risco de parecer um pouco simplista para alguns e muito rápido e alusivo para outros. Num primeiro momento, apresentarei alguns conceitos e princípios que me parecem fundamentais, esperando que em seguida possamos precisar, discutir, voltar a um ou outro ponto que poderei ter evocado muito rapidamente.

Fundamentalmente, queria explicitar um modelo muito simples que poderia ser formulado assim: *habitus* lingüístico + mercado lingüístico = expressão lingüística, discurso.

Explicarei sucessivamente os termos desta fórmula muito geral começando pela noção de *habitus*. Advertindo, como faço sempre contra a tendência a fetichizar os conceitos: é preciso levar a sério os conceitos, controlá-los, e sobretudo fazê-los trabalhar na pesquisa sob controle, sob vigilância. É assim que eles vão melhorando pouco a pouco, e não pelo controle lógico puro, que os fossiliza. Um bom conceito — que me parece ser o caso de *habitus* — destrói muitos falsos problemas (a alternativa do mecanicismo e do finalismo, por exemplo) e faz surgir muitos outros, mais reais. Quando é bem construído e bem controlado, ele tende a se defender por conta própria das reduções.

Grosseiramente definido o *habitus* lingüístico se distingue de uma competência de tipo chomskiano pelo fato de ser o produto das condições sociais e pelo fato de não ser uma simples produção de discursos mas uma produção de discursos ajustados a uma "situação", ou de preferência, ajustados a um mercado ou a um campo. A noção de situação foi invocada muito cedo (penso por exemplo em Prieto, que nos *Principes* de noologie insistia sobre o fato de uma quantidade enorme de comportamento lingüístico não poder ser compreendida independentemente de uma referência implícita à situação: quando digo eu, é preciso saber que sou eu quem digo eu, senão pode ser um outro; podemos pensar também nas confusões entre eu e você que as histórias de humor utilizam, etc.) como uma correção a todas as teorias que acentuavam exclusivamente a competência, esquecendo as condições do acionamento da

* Conferência feita na Universidade de Genebra, em dezembro de 1978.